
A História e sua compreensão: lutas e leis

History and Its Understanding: Struggles and Laws

Carlos Roberto de Souza Robaina¹

Resumo: Este trabalho trata da compreensão da História a partir do estudo de um de suas leis específicas: a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Elaborado por Leon Trotsky no início do século XX, foi um aporte fundamental para o desenvolvimento marxista. Com esta Lei fica evidente que o marxismo não representa uma posição economicista que perde de vista o desdobramento de múltiplos processos e relações embora mantenha sua base materialista na compreensão da História. O texto começa com uma rápida visita a concepção de Hegel, cuja obra constituiu uma das fontes principais de Marx e logo se desdobra na exposição acerca da Lei formulada pelo revolucionário russo.

Palavras-chaves: relações, forças materiais, luta de classes, combinações, saltos e pressões.

Abstract: This paper deals with the understanding of history starting from the study of one of its specific laws: the Law of Uneven and Combined Development. Elaborated by Leon Trotsky in the early twentieth century, it was a major contribution to Marxist development. Examining this law it becomes clear that Marxism does not represent an economic position that loses sight of the unfolding of multiple processes and relations, although it maintains its materialist basis to understand history. The text begins with a quick visit to Hegel's conception, whose work was one of the main sources of Marx, and unfolds in the exposition of the Law formulated by the Russian revolutionary.

Key Words: relations, material forces, class struggle, combinations, jumps and pressures.

Hegel acreditava nas idéias como motor principal das transformações, sendo o desenvolvimento produzido pela contradição entre o espírito do tempo e as condições sociais. Para ele, a história, com seus tormentos e sofrimentos, rumava para a realização da razão e da liberdade, uma clara ideia de progresso, promovido pelo avanço do conhecimento e da consciência humana num processo que se impunha pela força objetiva do espírito da época

¹ Doutorando PPG-Filosofia-PUCRS. E-mail: carlosrobaina@uol.com.br. Endereço postal: Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 5 – Sala 608 – CEP: 90619-900 – Porto Alegre – RS.

sobre as vontades individuais. Para Hegel, a realização final da razão e da liberdade culminava no Estado, concretamente no Estado burguês, árbitro dos conflitos egoístas, e regulador e garantia da racionalidade das relações humanas.

O filósofo alemão adotou a concepção segundo a qual o homem atua perseguindo seus próprios fins, em primeiro lugar os que criam as condições de sua vida. Tendo que enfrentar as adversidades das forças naturais, que não são imediatamente benevolentes, a ação do homem sobre a natureza introduz no mundo objetivo a atividade subjetiva e compromete homem e natureza num processo unitário, mobilizando as forças da natureza ao seu serviço. Para isso utilizam instrumentos, utensílios, meios que garantam a execução deste fim. Os meios utilizados ao garantirem o fim perseguido, isto é, o atendimento as suas necessidades, convertem-se em objeto do desejo. Ao serem meios permanentes, tornam-se fins. Assim, a agricultura, ao garantir várias colheitas, converteu-se em fim, tal como as técnicas e o instrumental de produção em seus diversos estágios de desenvolvimento. Os meios passaram a ser o objeto do desejo. E da posse.

Com o dito acima, fica evidente que a posição de Hegel hierarquizou o papel determinante do trabalho prático, econômico, no desenvolvimento da sociedade, claros elementos próximos do materialismo histórico. Percebe-se esta aproximação igualmente quando Hegel dizia que os homens guiam-se por paixões, por necessidades, definindo ainda que a história realiza-se por uma soma, ora de interesses gerais, ora também de infinitas pequenas forças, que às vezes podem aparecer insignificantes e logo realizam grandes obras. Uma história feita através da ação dos homens, mesmo que seu resultado seja distinto do por eles visado, do que sabem e querem imediatamente. A essência do seu pensamento, porém, permaneceu firme no idealismo, na medida em que o motor do desenvolvimento da história, para Hegel, foi a ideia, o espírito que se conhece e se realiza.

O marxismo, como se sabe, tem entre suas fontes constitutivas o idealismo alemão. Um movimento desta natureza dificilmente poderia ter como marca não atribuir importância às ideias e lutas ideológicas. Ao contrário do que sustenta a crítica vulgar, o marxismo não reduz a realidade social à economia, o que não quer dizer que abre mão de definir a economia como um marco no qual está enquadrada a análise científica. Um marco a partir do qual

se estabelece um campo de muitíssimas possibilidades de escolhas, ideológicas, culturais, políticas, influenciadas por muitíssimas circunstâncias, até mesmo, como exceção e no limite, por decisões individuais. Como dizia Hegel “ *nada de grande acontece no mundo sem paixão*” (HEGEL, 2008, p. 28). Mas a paixão, os interesses, a consciência humana não se desenvolvem no vazio. O impulso do ser e de suas atividades está, antes de qualquer coisa, ligado a garantia de sua existência, com seu pensamento se desenvolvendo no sentido de pensar a reprodução desta existência.

Em outras palavras, afirmamos que as leis da economia são também leis da estrutura social, e que a estrutura da sociedade, qualquer que seja sua forma, é uma totalidade concreta, produto da ação recíproca dos homens, embora os homens não sejam livres de condicionantes, não atuam em condições escolhidas por eles mesmos.

O que em Hegel era a realização da liberdade como expressão do progresso da história, em Marx não se tratava da liberdade em abstrato, mas do aumento da capacidade humana de controlar a natureza e o acaso. Esta é a compreensão de progresso que o marxismo carrega, básica para um projeto de emancipação. Afinal, se o avanço das forças produtivas não é condição suficiente para que a exploração do homem pelo homem seja superada, sem dúvida é uma condição necessária. Inaugura a possibilidade – e a possibilidade não é a realidade, mas existe – de superação da escassez econômica sem a qual não se pode pensar, a não ser em termos utópicos, relações sociais caracterizadas pela associação livre dos produtores, isto é, dos trabalhadores.

Por outro lado as forças produtivas no capitalismo atingiram um grau de desenvolvimento tão elevado que seu controle garante para a classe dominante um poder econômico e militar que lhe confere uma vantagem enorme contra a classe trabalhadora. O controle necessário da natureza, por sua vez, tem dado lugar a uma destruição cada vez mais irracional para o futuro da vida e da humanidade. E o impasse decorrente de inúmeros conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção arrastam a humanidade para a incerteza e a possibilidade do socialismo, mas também de barbárie e até de holocausto nuclear. São as forças produtivas se transformando em destrutivas, como alertava Marx. Assim, diferente de Hegel, em Marx, mais do que a história como realização da razão e da liberdade, existe a história como luta.

Vamos traçar a seguir a explicação básica de uma das leis mais importantes para que se possa compreender o caráter e a natureza da evolução social que esta luta desenvolve. Convidamos para que nos acompanhe para discutir a Lei do desenvolvimento desigual e combinado.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado e o critério da totalidade

Ao longo dos anos os escolásticos e stalinistas tentaram forçar na obra de Marx um esquema segundo o qual o desenvolvimento histórico seria uma sequência linear de épocas, sucessão de modos de produção como se todos os países tivessem que passar do comunismo primitivo, passando pelo escravismo, feudalismo, chegando ao capitalismo e finalmente ao socialismo. Abstraíram a existência de inúmeros modos de produção ou de combinações deles, tendo que deixar de lado, por exemplo, por não entrar neste esquema, o reconhecido modo de produção asiático, isto é o modo de produção marcante na Índia e em parte importante da América pré-colombiana, onde a sociedade era dirigida por uma casta, mas sem a propriedade privada dos meios de produção.

No Brasil, os stalinistas insistiram na existência do feudalismo como modo de produção prévio ao capitalismo brasileiro, quando na verdade o Brasil foi marcado por relações de trabalho escravista inserida numa economia mundial capitalista mercantil. Tal visão mecanicista não foi inocente na política: representou a defesa da unidade com a burguesia nacional dos países atrasados para realizar as tarefas democrático-burguesas, entre elas a reforma agrária e a independência nacional. Esta foi uma interpretação que orientou os Partidos Comunistas latino-americanos mesmo quando a revolução russa havia demonstrado a incapacidade da burguesia russa em lutar contra a autocracia e pelo direito à terra aos camponeses na Rússia de 1917.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado destruiu teoricamente esta deformação contra o marxismo que no início foi obra do evolucionismo socialdemocrata e em seguida do stalinismo. Exposta na extraordinária obra de Trotsky, “História da Revolução Russa”, o marxista norte americano George Novack foi quem primeiro popularizou esta conquista do pensamento

marxista: a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Esta lei mostra que a realidade concreta é sempre uma combinação de modos de produção com um modo de produção dominante. Nesta combinação se acumulam desigualdades, podem se provocar desequilíbrios e rupturas nos elos mais fracos de uma totalidade concreta onde o país mais atrasado hoje pode ser o mais avançado amanhã e onde as contradições podem acumular tal força que até elementos subjetivos podem determinar novas situações e mudanças. Com esta lei são relegadas para a história do dogmatismo aquelas fórmulas esquemáticas, dos que usavam uma ou outra citação de Marx, para tentar construir uma concepção linear da história repetindo à exaustão seu esquema de que os países atrasados deveriam necessariamente seguir o passo dos adiantados, como se os saltos fossem impossíveis. Como se viu na experiência concreta russa, não foi isso que ocorreu. A Rússia deu um salto de um país capitalista atrasado para uma economia não capitalista. Tal salto, e seus limites, se enquadram nesta lei e na adoção do critério da totalidade.

O fundador do Exército Vermelho e principal dirigente da revolução russa depois de Lênin explica corretamente que a

Teoria da reiteração dos ciclos históricos - procedente de Vico e de seus seguidores - se apoia na observação dos ciclos das velhas culturas pré-capitalistas e em parte também nas primeiras experiências do capitalismo. O caráter episódico de todo o processo fazia que, efetivamente, se repetissem até certo ponto as distintas fases da cultura nos novos núcleos humanos. Entretanto, o capitalismo implica a superação destas condições. O capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalidade e permanência na evolução humana. Com isso se exclui a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas distintas nações. Obrigados a seguir os países avançados, o país atrasado não se ajusta em seu desenvolvimento à concatenação de etapas sucessivas (...) os selvagens passam da flecha ao fuzil de um golpe só, sem recorrer a distância que separa no passado estas duas armas. Os colonizadores europeus da América não tiveram que começar a história do princípio. (TROTSKY, 1980 p.24).

E mais adiante segue:

Claro está que a possibilidade de passar por cima as fases intermediárias não é nunca absoluta. Está sempre

condicionada, em última instância, pela capacidade de assimilação econômica e cultural do país. (IDEM, p.25).

Finalmente, sintetiza a lei:

Açotado pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados vêm-se obrigados a avançar por saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura se deriva outra que, na falta de nome mais adequado, qualificaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo a aproximação de distintas etapas do caminho e a confusão das distintas fases, a amálgama de formas arcaicas e modernas” (IDEM, p.25)

Antes de seguir, nos permitam dizer que tal concepção já havia sido antevista por Marx. Na Ideologia Alemã, pode se ler:

Todos os conflitos da história têm a sua origem na contradição entre as forças produtivas e o modo de trocas. Não é, aliás, necessário que esta contradição seja levada a um extremo num determinado país para aí provocar conflitos. A concorrência com países cuja indústria se encontra mais desenvolvida, concorrência provocada pela extensão do comércio internacional, basta para dar origem a uma contradição deste tipo, mesmo nos países onde a indústria esta menos desenvolvida (por exemplo, o aparecimento de um proletariado latente na Alemanha, provocado pela concorrência da indústria inglesa). (MARX, 1980, p. 76).

Seguindo o exemplo russo podemos dizer que ali funcionou o chicote da expansão imperialista europeia. As forças produtivas de uma indústria potente e dinâmica - graças ao capital europeu - entraram em contradição com as relações de produção atrasadas do campo russo, sustentadas por uma monarquia absolutista parasitária e por uma burguesia temerosa de promover mudanças para não enfrentar a mobilização dos operários que não se contentariam em apenas derrotar a monarquia, mas juntos com os camponeses garantiriam a repartição das terras e não aceitariam manterem-se escravos nas fábricas. Por sua vez a burguesia preferia manter os operários na miséria. Recebeu o troco merecido.

Uma revolução operária varreu um país com maioria camponesa. A burguesia, classe que supostamente deveria assumir a direção da sociedade segundo a aplicação de um modelo mecânico e linear de análise social, foi expropriada um ano depois da tomada do poder pelos Conselhos de operários,

camponeses e soldados. A direção do partido bolchevique foi determinante para este triunfo, um partido repleto de revolucionários profissionais, abnegados militantes do povo forjado em anos de ascenso revolucionário, temperado a ferro e fogo nas lutas e nos cárceres czaristas.

Tudo isso somente se explica pelo desenvolvimento desigual e combinado de um país atrasado, com um campo semifeudal, convivendo com a moderna indústria, com concentrações operárias de milhares de operários por fábrica. O proletariado industrial russo era pequeno em 1917, mas seu contingente de cerca de 05 milhões de homens e mulheres estava extremamente concentrado em Petrogrado e Moscou, com as maiores fábricas tendo cerca de 50 mil operários vivendo em conjunto sua experiência de classe. Esta concentração fabril foi produto da penetração da desenvolvida indústria dos países centrais da Europa.

As contradições mundiais, ademais, estavam por trás da guerra (1914-18), que transformou a massa de camponeses russos em soldados. E foi a guerra que abriu a situação revolucionária europeia, assim como o desejo da paz aproximou os soldados dos operários e dos bolcheviques. Ou seja, um processo mundial foi determinante na definição de um processo nacional. O todo determinando as partes.

O critério da totalidade

Muitas vezes se disse que o todo é mais do que a soma das partes. Esta é uma das verdades mais fundamentais para se aprender a realidade. Separar, dividir em partes, aprender separadamente, é um caminho do conhecimento. Mas sempre é parcial, unilateral. A verdade está no todo, dizia Hegel, na totalidade, um conceito novo, que engloba as partes e as ligações entre elas. Isso significa também que quando se analisa uma situação particular devemos saber que esta parte exprime o todo numa co-presença, tal como ensinou Henri Lefebvre. Em política perder o critério da totalidade é um dos erros mais graves.

Isso ocorreu, por exemplo, com os marxistas da II Internacional. Dirigentes muito capazes não previram nem compreenderam a revolução russa. Acabaram prisioneiros de uma visão esquemática e unilateral da

evolução histórico-social. Para eles a revolução socialista seria impossível na Rússia porque as forças produtivas do capitalismo estavam longe ainda de dar sua última palavra. Tudo estava, segundo eles, determinado pela economia. E seu critério econômico era nacional, isto é, parcial, não mundial, ou seja, não um critério de totalidade. Diziam que o capitalismo necessitava desenvolver-se em solo russo, inviabilizando, segundo eles, enquanto isso não ocorresse, qualquer perspectiva de mudança socialista da sociedade. E atribuíam à burguesia a força social desta construção capitalista, razão pela qual o proletariado deveria estar a ela estrategicamente aliada, evitando assusta-la e afasta-la do caminho do desenvolvimento capitalista liberal.

Como se sabe, as teses destes dirigentes desabaram como um castelo de cartas. Estavam baseados numa concepção correta de que a economia é um condicionante, um limitador e fator de pressão fundamental da política. Porém, no caso concreto do início das revoluções proletárias, é evidente que no caso da revolução russa de 1917, a totalidade concreta da economia mundial deixara maduro seu advento. Ao mesmo tempo os dirigentes da II Internacional não levaram em conta o desenvolvimento desigual e a combinação dos processos, cuja confirmação na Rússia foi exemplar, com a tomada do poder proletário sem passar por nenhuma fase de desenvolvimento capitalista prévio.

Na apreciação acerca da revolução russa, portanto, a fórmula de Gramsci segundo a qual a revolução russa foi a revolução contra O Capital não nos parece feliz. De fato, a época das revoluções socialistas foi inaugurada na Rússia, não pelos países adiantados. Neste sentido Marx não foi confirmado. Mas a revolução social só foi possível porque o conjunto do sistema capitalista havia chegado a um nível de desenvolvimento que permitia a concentração de um forte e jovem proletariado num país atrasado a partir da exportação para a Rússia de capitais europeus, franceses e ingleses, alemães. E a contradição revolucionária entre o proletariado e o capital é a essência da obra de Marx.

Não foi, logo, uma revolução contra “O Capital”. A conclusão é que as forças produtivas e a estrutura econômica nacional devem ser levadas em conta não como determinantes do desenlace histórico de todos os processos, e sim como um campo de possibilidades e de pressões, no qual o decisivo é a economia mundial e o conflito de classes em todas as suas dimensões, o conflito tomado como totalidade. A revolução russa não teria ocorrido sem

que o desenvolvimento das forças produtivas abrisse este campo de possibilidades. Ao mesmo tempo seu advento não seria possível sem a eclosão da primeira guerra mundial e sua vitória não seria alcançada sem a existência de um partido revolucionário com peso de massas e com uma política certa. A revolução russa, por tudo isso, foi ilustrativa da dialética da ação e reação mútua, da influência de múltiplas determinações no processo histórico.

A multiplicidade de determinações não exclui sequer a importância da mais subjetiva delas: o papel do indivíduo na história. Além do caráter determinante do sujeito político, do partido bolchevique, é provável que a revolução russa de outubro de 1917 não tivesse triunfado sem Lênin, o líder máximo do partido. Suas teses de abril do mesmo ano provocaram um giro de 180 na política da direção do partido, a maioria dela, com Stálin, Zinoviev e Kamenev na linha de frente, apoiando criticamente o governo provisório de Kerenski e rejeitando as posições de Lênin recém-chegado do exílio. A luta fracional encabeçada por Lênin foi aberta, chegando às portas da ruptura do partido. Finalmente, Lênin ganha a maioria e gira o partido, se apoiando nas pressões das massas e dos militantes, em direção à insurreição. Não estamos aqui expondo nenhuma novidade. A firme convicção de Trotsky, por exemplo, é de que sem Lênin a revolução não seria vitoriosa. Não teria certamente ocorrido a virada no partido bolchevique sem a autoridade de Lênin.

Neste sentido, é muito ilustrativa a concepção de Hegel sobre a relação entre o grande homem e sua época, mostrando que o grande homem é aquele que sabe por em palavras a vontade de sua época, aquele que diz à sua época qual é a sua vontade e a realiza. O que ele faz é o centro e a essência de sua época; ele atualiza sua época. Ou seja, o grande homem é aquele que ajuda a abreviar as dores do parto das mudanças históricas, e, é preciso acrescentar, evitam os abortos.

Não é demais repetir que a revolução de 1917 também encontrou nas forças produtivas e na estrutura econômica um claro limite de seus desdobramentos políticos e sociais. Décadas depois todos conheceriam o fracasso do chamado socialismo num só país. O atraso russo não impediu a revolução, já que a tal atraso combinou-se uma indústria avançada e concentrada, mas cobraria um preço terrível se a expansão da revolução não quebrassem as fronteiras russas e atingisse o coração da Europa. Esta era a

convicção dos líderes bolcheviques. E o temor foi confirmado: a revolução não triunfou na Alemanha e a burocratização acabou se impondo. A restauração do capitalismo foi o desdobramento seguinte destes limites econômicos.

Posto isso, devemos enquadrar os processos históricos num exame da totalidade da formação econômica social. Sem pretender ir além, cabe igual citar as revoluções cubanas e chinesas, exemplos de revoluções socialistas em países atrasados, cujos suportes foram dados pela vida social compreendida como uma totalidade mundial, precisamente duas revoluções caracterizadas como os elos mais fracos da cadeia imperialista. Ambas encabeçadas por direções pequeno-burguesas, camponesas, por exércitos guerrilheiros, com um proletariado mais fraco que o russo, e nem por isso deixaram de assumir a realização de tarefas econômicas e sociais anticapitalistas, de tal forma que direções de classe não proletárias acabaram implementando medidas cuja natureza de classe proletária eram evidentes, confirmando uma vez mais o critério da totalidade, numa época marcada pelo conflito entre a revolução socialista e a contra revolução burguesa.

Vejamos mais um exemplo da aplicação do critério marxista da totalidade na explicação da evolução social. Não se pode explicar a gênese da edificação do chamado Estado de Bem Estar Social dos países capitalistas europeus sem uma combinação de determinações, onde pesam, sobretudo, as forças produtivas e a luta de classes. Neste sentido, sem a destruição das forças produtivas durante a Segunda Guerra e o brutal aumento da exploração dos trabalhadores europeus durante o nazismo as bases econômicas de uma nova fase de acumulação de capital não teriam se estabelecido. Do mesmo modo, os créditos dos EUA foram determinantes para impulsionar a nova onda de investimentos.

Por outro lado, as conquistas sociais vindas depois são inexplicáveis sem o ascenso operário e popular inaugurado com a derrota do nazi-fascismo: sem o temor do comunismo se desenvolver nos países capitalistas centrais. As burguesias europeias se viram obrigadas a grandes concessões econômicas para não ter que enfrentar a onda expansiva das revoluções socialistas. Ou seja, uma mudança na economia e na sociedade europeia cujas implicações marcam o mundo até hoje foi determinada pela combinação de processos objetivos e

subjetivos, onde teve enorme peso o ascenso operário, a vontade da classe trabalhadora de mudar suas condições de vida.

Atualmente, novamente, temos visto um processo oposto: ao invés de concessões, ataques aos direitos sociais. O pano de fundo destes ataques é a necessidade das corporações capitalistas de defenderem suas taxas de lucros. A dinâmica de crise da acumulação do capital obrigou o início dos cortes destas conquistas sociais a partir do governo de Margaret Thatcher na Inglaterra nos anos 80 e ainda hoje este tem sido o embate que decidirá o futuro próximo da Europa. Nesta ofensiva a economia, portanto, teve seu peso. A resultante será determinada pela capacidade de resposta da classe operária diante destes ataques. Todos que conhecem a obra de Lukács sabem que sua posição sustentava que a totalidade era a categoria mais importante do marxismo. Chegou a dizer que

Não é a predominância dos motivos econômicos na explicação da história que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa (ou seja, é também esta definição), mas o ponto de vista da totalidade. (LÖWY, 1998, P. 20).

Embora nesta sua asserção encontra-se uma ambiguidade reconhecida depois pelo próprio autor, uma desvalorização incorreta dos motivos econômicos, não há dúvida do peso por ele atribuído ao critério da totalidade. E embora o ponto de vista da totalidade seja uma característica distintiva do marxismo, como aponta Lukács, não se pode tampouco de deixar de reconhecer que Marx surgiu da evolução do pensamento humano. Tal critério, por exemplo, foi valorizado muito tempo antes pelo genial René Descarte, neste caso como método para pensar o universo.

“Ocorre-me também ao espírito” – dizia o inaugurador da filosofia moderna - “que não se deve considerar uma só criatura separadamente quando se investiga se as obras de Deus são perfeitas, mas de modo geral todas as criaturas juntas. Pois a mesma coisa que poderia, talvez com algum tipo de razão, parecer muito imperfeita se estivesse totalmente sozinha, encontra-se muito perfeita em sua natureza se olhada como parte de todo este universo. (DESCARTES, 2005, p. 87)

Uma história sem sujeito?

Em alguns textos Engels, como Braudel fez mais tarde, minimiza o papel do indivíduo nos tempos e nas determinações da história. Creio que isso ocorre quando força o argumento correto de que as épocas tratam de produzir os sujeitos necessários para realizar tarefas para as quais a realidade tenciona, empurra, devido, sobretudo, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Assim, Engels diz que um indivíduo para o papel de Napoleão ou de Robespierre teria existido de qualquer forma. Esta pode ser a regra, mas devemos admitir exceções.

É certo que as pressões de forças sociais, as necessidades sociais empurram nesta direção. Cremos, por exemplo, seguindo o método de Engels, que uma figura para cumprir o papel de burocrata termidoriano nas condições russas da guerra civil, de refluxo da revolução de outubro e, sobretudo, da derrota da revolução europeia teria surgido mesmo que o velho bolchevique georgiano que atendia pelo nome de Stálin não tivesse desempenhado esta função. Foi por esta análise que Trotsky recusou-se a dar um golpe de estado contra Stálin apesar de ter o Exército sobre seu controle quando já estava evidente o curso burocrático irreversível da camarilha de Stalin. Trotsky não queria cumprir este papel. Isso quer dizer que o fundamental é o sujeito coletivo que atua em condições dadas e que sofre as pressões destas condições, isto é, a regra na determinação dos acontecimentos são as ações das comunidades e das classes sociais nos marcos de determinado estágio do desenvolvimento das forças de produção.

Esta definição correta, contudo, não pode anular o papel do indivíduo na história. Em momentos determinantes e como exceção, a ação decidida particular pode depender de indivíduos, cuja atuação realiza ou deixa de realizar algo, para o qual até o atraso ou a falta ao encontro pode significar a perda da oportunidade e impedir a alteração substancial da realidade. O exemplo de Lênin em abril de 1917 e em outubro do mesmo ano segue sendo o mais claro. Se Lênin tivesse faltado a história teria sido outra.

O anterior nos joga novamente a pergunta formulada por Sartre em “A questão do método”: são as circunstâncias que fazem os homens ou os homens que fazem as circunstâncias?

Estamos vendo que os autores do manifesto comunista buscaram combinar as circunstâncias, as condições objetivas e a ação dos homens,

mostrando que as circunstâncias fazem os homens, mas também que os homens fazem as condições objetivas e produzem circunstâncias. Assim, Marx e Engels tomaram a atividade humana como atividade objetiva; insistiram que são os homens que fazem a história, mas a fazem sob condições dadas, não escolhidas por eles, legadas pelo passado - pela ação de outros homens - e atuando para satisfazer determinadas necessidades e interesses, modificando com esta atuação, no interior de certo campo de pressões, de possibilidades e limites, as circunstâncias herdadas. Desmontavam com isso a concepção idealista da história segundo a qual a evolução da história responde a evolução do espírito humano, como se as forças produtivas não fossem essenciais para a evolução da história, com suas implicações nas relações sociais, a exemplo das mudanças nas armas de guerra transformando a organização do Exército, mas ao mesmo tempo resgatavam o lado ativo do idealismo, isto é, o papel do sujeito na história e da atividade humana.

Ao mesmo tempo não se pode falar da ação do sujeito sem levar em conta que ninguém atua sozinho. A história é feita por todos os homens, de tal sorte que os resultados das ações humanas em geral não são os esperados pelos protagonistas que não se reconhecem na resultante final das escolhas feitas e embates decididos. Originalmente Hegel em sua concepção sobre a filosofia da História é quem sustentava esta posição, citando o exemplo de um homem que por vingança incendeie a casa de outro, ação que em seu exemplo detona um processo de reação em cadeia, já que a viga incendiada está ligada a outras partes da casa, que, por sua vez, é conjugada a outras casas - provocando um incêndio muito maior, tirando muitas vidas e produzindo uma situação que não era a intenção do autor da ação e nem era sua intenção. Se a história me escapa, como sustentava corretamente Sartre, não é porque eu não a faço, mas porque outro faz a história também.

É de Sartre também a lembrança de Engels. O parceiro de Marx, no sua “Guerra Camponesa” explicitou sua leitura da história com bases materialistas, dando um marco e um campo de possíveis para a ação das classes. Tratou de demonstrar que as sublevações contra o regime, as teorias políticas e religiosas eram a consequência, não a causa da evolução das forças produtivas, do nível da agricultura, da indústria, do comércio, dos meios de comunicação terrestre, fluviais, da circulação do dinheiro, etc. Como resultado

destas revoltas os príncipes venceram. Engels explica que o que roubou a vitória dos revoltados foi uma condição histórica determinada: a fragmentação da Alemanha.

Os movimentos provincianos camponeses podiam triunfar em nível local e firmavam a paz com os latifundiários. Não logravam, porém, unificarem-se na fragmentada Alemanha e no final encontravam a derrota sem entender por que; mesmo quando firmavam a paz em separado, depois, os latifundiários, fortalecidos pela derrota dos levantes em outras províncias, descarregavam suas forças contra os camponeses uma vez mais. Os camponeses não percebiam esta conexão, e se mantinham numa visão isolada. Por isso também fechavam acordos isolados que logo eram rompidos. Os homens efetivamente agiam, atuavam, mudavam a história, mas o resultado podia escapar a compreensão de suas ações.

Referências Bibliográficas

Descartes, René. *Meditações Metafísicas*. São Paulo, Martins Fontes: 2005.

Engels, Friedrich. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Lisboa, Edições Avante:1981

Hegel. G.W.F. *Filosofia da História*. Editora UNB, Brasília: 2008.

Lefebvre, Henri. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa, Edições 70: 1966

Löwy, Michael. *A Evolução Política de Lukács: 1909-1929*. São Paulo, Editora Cortez: 1998.

Marx, Karl. *A Ideologia Alemã I*. São Paulo: Martins Fontes/ Presença, 1980.

Sartre, Jean Paul. *Questão do Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

Trotsky, Leon. *A História da Revolução Russa*. 1º Volume. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1980.

Data de Recebimento: 17 de dezembro de 2013;
Data de Aceite para Publicação: 04 de janeiro de 2014.